



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - **PRESIDENTE**

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

DILMAR LOPES CAMERINO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 16 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4087/2015.

Interessado: Iolanda Salvador dos Santos e outros.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 2163/2016.

Interessado: 61ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, ratificando a promoção de arquivamento de fls. 41/43. Volvam os autos ao órgão de origem para o devido arquivamento.

Proc: 2177/2016.

Interessado: AL Previdência.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Previdenciário. Revisão de pensão por morte, bem como ressarcimento de valores retroativos com base na Emenda Constitucional nº 47/2005. Encaminhamento do teor do despacho Alagoas Previdência/DFIN nº 1279, emanado pela Diretoria Financeira para conhecimento e providências junto ao órgão ministerial. Pelo envio dos autos às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências que entender necessárias".

Proc: 2193/2016.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, de serviços de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva de veículos por meio de cartão magnético, mediante adesão à Ata de Registro de Preço nº 6/2016, da Universidade Federal do Maranhão, oriunda do Pregão Eletrônico nº 4/2016. Adoção da modalidade de Registro de Preços no Ministério Público Estadual, instituído pelo Ato Normativo PGJ nº. 11/2005. Justificativa da necessidade da contratação. Possibilidade jurídica do pedido, face a previsão do item 3 do edital, e disposições do Decreto nº 7.892/2013. Ata de Registro de Preços vigente. Anuência do órgão gestor da ata, com prazo de validade até o dia 22 de fevereiro de 2017, e aceite por parte do fornecedor. Comprovada a vantajosidade dos preços registrados na ata de registro de preço, consoante orçamentos nº 56/2016, elaborado pelo setor de compras. Necessidade de realizações de providências administrativas para a rescisão do contrato vigente nº 36/2012, com o mesmo objeto, e diligências junto às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para informar a existência de dotação orçamentária e recursos financeiros para atendimento da despesa. Possibilidade da adesão e ulterior aquisição junto a empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Haag S.A., perfazendo um valor global de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), condicionada as providências administrativas que o caso requer. Pelo envio dos autos à Diretoria Geral".

Proc: 2952/2016.

Interessado: Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Inquérito Policial n° 0780/2012-4 SR/DPF/AL).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção da medida sugerida, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5096/2016.

Interessado: Dr. Eduardo Tavares Mendes, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de Providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 5294/2016.

Interessado: Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - Uncisal.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 5445/2016.

Interessado: Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção da medida sugerida, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5458/2016.

Interessado: Supremo Tribunal Federal.

Assunto: Mandado de intimação.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5490/2016.

Interessado: Patrik Rocha de Barros, Auditor do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Agentes Públicos. Cargo de provimento em comissão de Diretor da Controladoria Interna do Ministério Público do Estado de Alagoas - símbolo DS-1. Lei Estadual n° 7.373/2012. Substituição. Ato de designação específico. Portaria PGJ n° 1027/2016. Remuneração. Concessão de adicional de gratificação a servidor do Ministério Público Estadual, por exercício cumulativo, em substituição, do cargo em comissão de "Diretor de Controladoria Interna do Ministério Público do Estado Alagoas". Possibilidade. Exegese do art. 43 da Lei Estadual 5.247/91 c/c o art. 11 da Lei Estadual n° 7.373/2012. A concessão de adicional de gratificação a servidor efetivo pelo exercício em substituição, de cargo de comissão, constante do plano de cargos institucional, pressupõe o efetivo exercício das atividades a ele inerentes, pelo interregno mínimo e superior a trinta (30) dias; não se fazendo necessária a renovação sucessiva de tal interstício legal em substituição, observada a unidade do vínculo jurídico-administrativo com este ente ministerial. Pelo deferimento, sugerindo a evolução dos autos à Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis".

Proc: 5491/2016.

Interessado: Supremo Tribunal Federal.

Assunto: Mandado de intimação.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5492/2016.

Interessado: Supremo Tribunal Federal.

Assunto: Mandado de intimação.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 8/2017.

Interessado: Marcelo José da Rocha Nery, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Jornada de Trabalho. Registro em dobro de período (dia) de labor em favor da Justiça Eleitoral, no âmbito do programa "Mesário Voluntário", para ulterior compensação. Incidência do disposto no art. 98 da Lei n° 9.504/1997. Pelo deferimento do pedido". À DP para as anotações de estilo.

Proc: 30/2017.

Interessado: Dr. Antiógenes Marques de Lira, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contratos e Convênios. Pedido de Formalização de Convênio de Cooperação Técnica e Operacional entre o Município de Chã Preta e o Ministério Público de Alagoas. Cessão de servidor(a) sem ônus. Aplicação do art. 166 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações. Pelo deferimento".

Proc: 54/2017.

Interessado: Diretoria Adjunta de Assuntos Judiciários/Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos aos Membros deste Ministério Público designados para atuarem no processo judicial n° 0000707-30.2008.8.02.0042, com traslado à Presidência do Tribunal de Justiça de Alagoas, Corregedoria Geral da Justiça e Conselho Nacional da Justiça, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 108/2017.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidores Públicos. Convênio de Cooperação Técnica e Administrativa, firmado entre o Ministério Público Estadual e o Município de Maceió. Existência. Pedido de prorrogação de cessão de agentes públicos a este ente ministerial. Possibilidade, sugerindo observância da cláusula sexta do convênio formalizador". Oficie-se.

Proc: 131/2017.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 139/2017.

Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda/Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital, e de traslado ao Gecoc, Nudepat do 1º CAO e à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 140/2017.

Interessado: Diretoria de Pessoal desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 146/2017.

Interessado: 63ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 152/2017.

Interessado: 6ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro. Lavre-se a portaria necessária.

Proc: 161/2017.

Interessado: Promotoria de Justiça de Cajueiro.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 162/2017.

Interessado: Celso Luiz Tenório Brandão.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, DESPACHOU, NO DIA 16 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 5692/2015.

Interessado: Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3937/2016.

Interessado: Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social (Saúde, Previdência, Assistência Social) e Trabalho no Estado de Alagoas - SINDPREV.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Considerando o cadastramento dos autos no sistema SAJMP, passando o mesmo a tramitar por meio virtual (Proc. SAJMP n° 02.2016.00001253-6 (fls.13/14), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4856/2016.

Interessado: Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais - CARPH.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 32/2017.

Interessado: Dr. Bruno de Souza Martins Baptista, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de auxílio-moradia.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 51/2017.

Interessado: Claudemir Paulo da Silva.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 122/2017.

Interessado: Francine Canuto Barros Cavalcante, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 123/2017.

Interessado: Francine Canuto Barros Cavalcante, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de antecipação de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 149/2017.

Interessado: Ministério da Justiça e Cidadania - Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Remeta-se ao Nudopat do 1° e 2° CAO/MP, via SAJMP, para prestarem as informações solicitadas. Em seguida, archive-se.

Proc: 155/2017.

Interessado: Cicero de Jesus da Silva, Auditor do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de promoção funcional.

Despacho: À DP para informar e, em seguida, à douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 164/2017.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe.

Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.

Despacho: Defiro o pedido. Publique-se. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de janeiro de 2017.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 290628

ATO DE NOMEAÇÃO N° 068/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9° da Lei Complementar Estadual n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear MÔNICA MICHELE DE GUSMÃO, portadora do CPF n° 011.746.124-52, para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.

Procuradoria Geral de Justiça, em Maceió, 13 de janeiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 290624

ATO PGJ N° 3/2017

Considerando o teor da decisão proferida nos autos da Ação Civil Pública n° 0002385-41.2010.8.02.0000, que determinou a perda do cargo do Promotor de Justiça ali réu.

Considerando a inadmissão do Recurso Especial nos autos do processo criminal n° 0001338-37.2007.8.02.0000, no qual houve a condenação do Promotor de Justiça ali réu e, também, ressentir-se o referido recurso de efeito suspensivo.

Considerando ter sido esta Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas intimada no dia de hoje acerca da decisão cominatória de perda do cargo nos autos da Ação Civil Pública n° 0002385-41.2010.8.02.0000, “em prol da incolumidade da instituição e do Estado Democrático de Direito”.

Considerando a vedação do enriquecimento sem justa causa propiciado com o pagamento de subsídios a servidor público condenado criminalmente por delito infamante e que não vem exercendo seu mister.

RESOLVE determinar ao setor competente a imediata suspensão do pagamento dos subsídios do Promotor de Justiça condenado no processo criminal n° 0001338-37.2007.8.02.0000 e na Ação Civil Pública n° 0002385-41.2010.8.02.0000.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de janeiro de 2017.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 290632

PORTARIA PGJ n° 171, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES, 49° Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ n° 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 1: Melhorar o Combate ao Crime.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ n° 172, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. JOSÉ CARLOS SILVA CASTRO, 2° Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ n° 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 2: Defender a Probidade na Gestão Pública.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 173, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MARIA CECÍLIA PONTES CARNAÚBA, 19ª Promotora de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 3: Promover a Educação Pública de Qualidade.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 174, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MICHELINE LAURINDO TENÓRIO SILVEIRA DOS ANJOS, 26ª Promotora de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 4: Promover a Defesa da Saúde Pública.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 175, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. ALEXANDRA BEURLEN, 11ª Promotora de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 5: Promover a Proteção da Criança e do Adolescente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 176, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. MARLUCE FALCÃO DE OLIVEIRA, 55ª Promotora de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 6: Promover a Garantia da Cidadania Plena.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 177, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ALBERTO FONSECA, 4ª Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 7: Promover a Defesa do Meio Ambiente.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 178, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI, 2ª Promotora de Justiça de São Miguel dos Campos, de 2ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 8: Consolidar a Gestão Estratégica.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 179, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Sr. CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL, Diretor-Geral, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 9: Melhorar a Gestão Administrativa.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 180, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Sr. IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO, Diretor de Apoio Administrativo, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 10: Melhorar a Infraestrutura.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 181, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Sr. MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS, Diretor de Tecnologia da Informação, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 11: Adequar os Recursos Tecnológicos.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 182, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. EDELZITO SANTOS ANDRADE, Promotor de Justiça de Capela, de 2ª entrância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 12: Adequar o Efetivo de Membros e de Servidores.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 183, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. LUIZ BARBOSA CARNAÚBA, 5º Procurador de Justiça Criminal, de 2ª instância, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 13: Capacitar Membros e Servidores.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 184, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Sra. DILMA ALVEZ DE QUEIROZ, Diretora de Pessoal, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 14: Aperfeiçoar a Política de Gestão de Pessoas.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 185, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Sra. JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS, Diretora de Programação e Orçamento, para integrar o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado de Alagoas, instituído pelo Ato PGJ nº 4/2013, como responsável pelo Objetivo Estratégico 15: Adequar os Recursos e a Gestão Orçamentária e Financeira.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 186, DE 16 DE JANEIRO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve designar a Dra. CÍNTIA CALUMBY DA SILVA COUTINHO, 4ª Promotora de Justiça de Rio Largo, de 2ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Coordenação Regional das Promotorias de Justiça de Rio Largo, até ulterior deliberação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 290631

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2017 – CG-MP/AL

Considerando a implementação do sistema MPDIGITAL – SAJ/SOFTPLAN e tendo em vista o Ato PGJ nº 5/2015, da lavra do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art 16 da Lei Complementar nº 15/96 e art. 3º, I do Regimento Interno RECOMENDA, aos Membros do Ministério Público de Alagoas, a remessa periódica a esta Corregedoria dos seguintes relatórios:

Relatório	Prazo/Recebimento	Membros do MP/AL
1- Relatório MENSAL de Atividade Funcional (Res. CNMP 74/11)	Até o dia 10 do mês subsequente	Todos
2-Relatório MENSAL de Interceptação Telefônica (Res. CNMP 51/10)	Até o dia 10 do mês subsequente	PJ da área criminal, exceto juizados especiais
3-Relatório SEMESTRAL de Medidas Socioeducativas (Res. CNMP 67/11 alterada pela Res. 137/2016)	Até o dia 15 dos meses de Abril e de Outubro	PJ da área da infância e juventude
5-Relatório TRIMESTRAL de Acolhimento Institucional (Res. CNMP 71/11 Art. 1, §1º, “a” - alterada pela Res. 96/2013)	Até o dia 15 dos meses de Julho, de Outubro e de Dezembro	PJ da área da infância e juventude do Interior
6 - R e l a t ó r i o QUADRIMESTRAL de Acolhimento Institucional (Res. CNMP 71/11, Art. 1, §1º, “b” - alterada pela Res. 96/2013)	Até o dia 15 dos meses de Maio, de Setembro e de Janeiro	PJ da área da infância e juventude da Capital
7-Relatório ANUAL de Acolhimento Institucional (Res. CNMP 71/11 alterada pela Res. 96/2013)	Até o dia 15 de Abril	PJ da área da infância e juventude
8-Relatório TRIMESTRAL de visita a Estabelecimentos Prisionais (Res. CNMP 56/10 alterada pela Res. 120/15)	Até o dia 05 dos meses de Julho, de Outubro e de Janeiro	PJ da área de execução penal, inclusive militar

9-Relatório ANUAL de visita a Estabelecimentos Prisionais (Res. CNMP 56/10 alterada pela Res. 120/15)

Até o dia 05 de Abril

PJ da área de execução penal, inclusive militar

10-Relatório SEMESTRAL de visita as Delegacias Estaduais, Unidades de Medicina Legal e Unidades de Perícia Criminal (Res. CNMP 20/2007 alterada pela Res. 121/15)

Até o dia 05 dos meses de Junho e de Dezembro

PJ controle externo da atividade policial

11-Relatório SEMESTRAL de visita aos Estabelecimentos Militares (Res. CNMP 20/2007 alterada pela Res. 121/15)

Até o dia 05 dos meses de Junho e de Dezembro

PJ controle externo da atividade policial

Orienta ainda que:

- 1 – Os formulários da Resolução CNMP 74/11, devem ser enviados pelo RAF-CG, sendo que a partir de 03 de abril de 2017, os relatórios funcionais já serão extraídos diretamente pelo sistema SAJ-MP, desta forma, RECOMENDO aos Membros do Ministério Público que procedam corretamente as movimentações dos fluxos, peticionem eletronicamente usando o sistema SAJ-MP e procedam as baixas dos processos corretamente, a fim de evitar inconsistências de dados nos relatórios funcionais da atividade finalística da respectiva Unidade Ministerial;
- 2 – Os formulários da Resolução CNMP 51/10, devem ser remetidos através de e-mail institucional do membro a corregedoria@mpal.mp.br em formulário disponível no site do MP/AL. www.mpal.mp.br link da Corregedoria-Geral - Formulário e Relatórios do CNMP.
- 3 – Os formulários da Resolução CNMP 20/07, 71/11 e 67/11, devem ser preenchidos apenas em sistema próprio do Conselho Nacional do Ministério Público, através do endereço eletrônico “sistemaresolucoes.cnmp.mp.br”;
- 4 – Os formulários da Resolução CNMP 56/10, devem ser preenchidos apenas em sistema próprio do Conselho Nacional do Ministério Público, com endereço eletrônico “sippm.cnmp.mp.br”;
- 5 – Os referidos documentos são de responsabilidade do Promotor de Justiça que tenha atuado no órgão de execução no mês correspondente aos dados a serem informados, ou seja, quando o Órgão Ministerial sair de licença, gozo de férias, for promovido ou removido, deverá confeccionar os relatórios até a data anterior ao afastamento, dando conhecimento deste ao Órgão Ministerial que o suceder.

Maceió, 13 de janeiro de 2017.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Corregedor-Geral

=====

>>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<<

=====

AO(S) ‘16’ DIA(S) DO MÊS DE JANEIRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

#####

Proc. 182/2017

Interessado:

CARLOS EDUARDO AVILA CABRAL, DIRETOR-GERAL E ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS, DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

REF. TERMINO DO CONTRATO 20/2012

Remetido para:

DIRETORIA GERAL

#####

Proc. 186/2017

Interessado:

ASSESSORIA MILITAR DESTA PGJ

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto: INFORMACAO SOBRE DISPENSAS E DESIGNACOES DE OFICIAIS
Remetido para: DIRETORIA DE PESSOAL

Proc. 188/2017
Interessado: 4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: REQ. PUBLICACAO DE PORTARIA NO D. O. E.
Assunto: SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 173/2017
Interessado: 5º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: REQ. PUBLICACAO NO D. O. E.
Assunto: SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 174/2017
Interessado: 5º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: REMETENDO INFORMACOES
Assunto: COMUNICA INSTAURACAO DE INQUERITO CIVIL
Remetido para: CONSELHO SUPERIOR

Proc. 178/2017
Interessado: ASSESSORIA MILITAR DESTA PGJ
Natureza: REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto: SOLICITACAO DE DIARIAS
Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 176/2017
Interessado: THIAGO PACHECO ANDRADE PEREIRA, ANALISTA DO MP, BANCO DE DADOS
Natureza: REQUERENDO ADIAMENTO DE FERIAS
Assunto: SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para: DIRETORIA DE PESSOAL

Proc. 180/2017
Interessado: DR. HUMBERTO PIMENTEL COSTA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza: REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto: TRANSPORTE INSTITUCIONAL E APOIO DE ASSESSORIA MILITAR
Remetido para: DIRETORIA GERAL

Proc. 177/2017
Interessado: WESLEY DE OLIVEIRA CAVALCANTE, ANALISTA DO MP - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
Natureza: REQUERENDO ADIAMENTO DE FERIAS
Assunto: SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para: DIRETORIA DE PESSOAL

Proc. 179/2017
Interessado: 4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: REMETENDO INFORMACOES
Assunto: COMUNICA INSTAURACAO DE INQUERITO CIVIL
Remetido para: CONSELHO SUPERIOR

Proc. 184/2017
Interessado: DR. UBIRAJARA RAMOS DOS SANTOS, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza: REMETENDO INFORMACOES
Assunto: PORTARIA Nº 155/2017
Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 185/2017
Interessado: ASSESSORIA MILITAR DESTA PGJ
Natureza: REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto: COMPRA DE MATERIAL
Remetido para: DIRETORIA GERAL

Proc. 167/2017
Interessado: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CANAPI
Natureza: REQUERENDO PROVIDENCIAS
Assunto: PEDIDO DE JUNTADA DE DEPOIMENTO
Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 175/2017
Interessado: ARTUR SAMPAIO TORRES, ASSESSOR DE PROCURADOR
Natureza: REQUERENDO SUSPENSAO DE FERIAS
Assunto: SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para: DIRETORIA DE PESSOAL

Proc. 181/2017
Interessado: 4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: REMETENDO INFORMACOES
Assunto: COMUNICA CONVERSAO DE PP EM INQUERITO CIVIL
Remetido para: CONSELHO SUPERIOR

Proc. 168/2017
Interessado: 4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: REMETENDO INFORMACOES
Assunto: COMUNICA CONVERSAO DE PROCEDIMENTO PREPARATORIO DE I.C.
Remetido para: CONSELHO SUPERIOR

Proc. 169/2017
Interessado: 4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza: REMETENDO INFORMACOES
Assunto: COMUNICA CONVERSAO DE PP EM I.C.
Remetido para: CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 170/2017

Interessado:

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICA INSTAURACAO DE INQUERITO CIVIL

Remetido para:

CONSELHO SUPERIOR

#####

Proc. 172/2017

Interessado:

LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REMETENDO INFORMACOES

Assunto:

COMUNICANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 190/2017

Interessado:

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTAO ESTRATEGICA / MPAL

Natureza:

SOLICITANDO PAGAMENTO DE DIARIA

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 189/2017

Interessado:

DR. NILSON MENDES DE MIRANDA, PROMOTOR DE JUSTIÇA

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

REQUERIMENTO DE GRATIFICACAO POR ACUMULO DE FUNCAO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 183/2017

Interessado:

26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

RATIFICACAO DE ATO PROCESSUAL. SUSPENSAO DE FERIAS .

Remetido para:

DIRETORIA DE PESSOAL

#####

Proc. 187/2017

Interessado:

CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO

Natureza:

REQUERENDO PROVIDENCIAS

Assunto:

AÇÃO NACIONAL ESTRUTURANTE - COMITE DE POLITICAS DE
GESTAO ADM

Remetido para:

SECRETARIA GAB. PGJ

#####

Proc. 171/2017

Interessado:

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DESTA PGJ

Natureza:

SOLICITANDO FERIAS DE SERVIDOR

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Corregedoria Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo SAJ/MP/Corregedoria n° 10.2016.00000170-5

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas.

Natureza: Pedido de Informações.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o Parecer da Doutra Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, cujos fundamentos adoto para determinar o arquivamento dos autos, intimações necessárias. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 11 de janeiro de 2017.

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo SAJ/MP/Corregedoria n° 10.2016.00000178-2

Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas.

Natureza: Pedido de Informações.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o Parecer da Doutra Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, cujos fundamentos adoto para determinar o arquivamento dos autos, intimações necessárias. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 10 de janeiro de 2017.

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral

Promotorias de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORURIBE/AL

“Todas as coisas contribuem pura o bem daqueles que amam a Deus”. Rm 8.28

PORTARIA PPIC N° 001/2017

O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CORURIBE/AL, por intermédio da Promotora de Justiça abaixo subscrita, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com arrimo no artigo 129, incisos II e VI, da Constituição Federal, c/c os artigos 1º, inciso IV, da Lei Federal n° 7.347/85, artigo 25, inciso IV da Lei Nacional n° 8.625/93, na Lei Complementar Estadual n° 15.196, em seu art. 6º e no artigo 15 da Resolução n° 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007 e na Resolução n° 01/2010 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Alagoas,

Considerando: a legitimação ativa do Ministério Público, in casu, fundamenta-se na defesa dos interesses coletivos e difusos do cidadão, uma das macrodestinações da Instituição, conforme disposição do art. 129, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando: que a Carla Magna elege a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos;

Considerando: as Leis n° 8.080 e n° 8.142.1 990; que dispõem sobre o Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando: a garantia do usuário de acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica integral, nos termos do artigo 28 do Decreto n° 7.508 de 28 de junho de 2011;

Considerando: que a Constituição Federal, em seu artigo 197, prevê que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle;

Considerando: a necessidade de acesso a medicamentos essenciais, através da estruturação dos serviços farmacêuticos nos três níveis de atenção, em particular na Atenção Básica;

Considerando: a portaria nº 2.0498/GM, de 29/09/03, que institui a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências de três esferas de gestão;

Considerando: o Memorando DAF/SESAU nº 1484/2013, datado em 04/10/2013, encaminhando proposta de repasse pela SESAU de tiras de glicemia e lancetas para os 102 municípios a partir de 2014, correspondentes ao valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por habitante/ano, da contra partida estadual do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Considerando: O valor habitante/ano que cabe a cada município e que os valores atuais de aquisição da Tira de Glicemia é de R\$ 0,38 (trinta e oito centavos) e da Lanceta é de R\$ 0,10 (dez centavos);

Considerando: a necessidade de definir a participação da SESAU e das Secretarias Municipais contempladas com Bases Descentralizadas no custeio das despesas das mesmas, determinando as responsabilidades legais e de manutenção das ambulâncias destinadas ao atendimento pré-hospitalar, doadas para os municípios contemplados;

Considerando as informações veiculadas no Processo PGJ/AL nº 3799/2016, que versa sobre notícia de irregularidades no repasse de recursos financeiros que deveriam ser destinados pela Secretaria Estadual de Saúde às Secretarias Municipais de Estado de Alagoas, tal circunstância têm gerado desabastecimento de insumos essenciais para o tratamento de diabéticos entre outros problemas para o atendimento em saúde das populações.

RESOLVE:

Com espeque no art. 1º. da Resolução nº 23. de 17 de setembro de 2007, do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, instaurar, mediante Portaria, o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 001/2017. com

o objetivo de apurar Notícia de supostas irregularidades no repasse de recursos financeiros que deveriam ser destinados pela Secretaria Estadual de Saúde à Secretaria Municipal de Saúde de Coruripe, promovendo diligências necessárias para posterior realização de termo de ajuste de conduta, recomendação, instauração de ação civil pública ou outras medidas judiciais, nos termos da lei, determinando, de logo. o que se segue:

- I - Autuação, com os documentos já coletados, e registro da presente Portaria no Livro de Registro de Procedimentos Preparatórios de Inquérito Civil;
- II - Expedição dos ofícios necessários e ao Presidente do CSMP, consoante o que determina o art. 1º, § 2º. da Resolução nº 01/96, da PGJ;
- III - Notificar o Sr. Secretário Municipal de Saúde, com remessa de cópia da presente portaria, a fim de prestar esclarecimentos concernentes ao repasse de recursos financeiros destinados pela SESAL, assim como solicitando informações a respeito da situação em comento;
- IV - Remessa de cópia para publicação no Diário Oficial do Estado de Alagoas;
- V - Requisições necessárias;

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Coruripe AL. 11 de janeiro de 2017

GILCELE DÂMASO DE ALMEIDA LIMA
2ª Promotora de Justiça de Coruripe

Protocolo 290626

4 títulos para pintar,
aprender e se divertir

VAMOS
TODOS
COLORIR!

A Imprensa Oficial Graciliano Ramos selecionou quatro títulos da coleção Coco de Roda e transformou em versões para colorir. Agora, além de aprender e se divertir com enredos relacionadas à cultura, à história e à geografia de Alagoas, vamos estimular a criatividade e o talento da garotada.

Secretaria de Planejamento, Gestão e Patrimônio

ALAGOAS

IMPRESA OFICIAL
GRACILIANO RAMOS